



Brasileiros no exterior terão melhores serviços, diz ministro

José Cruz/Agência Senado



Chanceler informou aos senadores que queixas em relação a serviços consulares prestados no exterior são frequentes e que quer desenvolver “diplomacia social”

Além das iniciativas do Itamaraty, o ministro Luiz Alberto Figueiredo falou aos senadores da Comissão de Relações Exteriores sobre temas da política externa brasileira.

Ele disse que o Mercosul agora é tratado como política de Estado e que o ministério está atento aos prejuízos inadvertidos que o Protocolo de Nagoya possa trazer para a produção agrícola brasileira. **3**

Em audiência presidida por Ricardo Ferraço (C), o ministro das Relações Exteriores (E) fala sobre os projetos e iniciativas do ministério

Projeto reduz reservas florestais em fazendas de Rondônia 4

Entra em vigor prioridade na adoção para criança com deficiência 7

Enquete revela rejeição popular a limitador de velocidade 6

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação terá novos órgãos 5



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan dirigiu reunião da Comissão Diretora, que aprovou a medida

Senado adere ao Programa Jovem Aprendiz 8

Gerardo Menezes/Agência Senado



Legislativo defende a sociedade, indica estudo

Trabalho apresentado ontem em seminário no Senado mostra que legisladores intervêm nas propostas apresentadas pelo Poder Executivo para preservar direitos sociais. **2**

O seminário internacional Boas Práticas Legislativas será concluído hoje, no Auditório do Interlegis

Rádio e TV Senado em João Pessoa

Política e cidadania em tempo real. É o Congresso mais perto do paraibano.

Rádio Senado

106,5 FM

Transmissão digital da TV Senado

Canal 40.1

Aqui o cidadão sabe o que acontece

SENADO FEDERAL



Secom | Criação e Marketing



O consultor Ricardo Martins (2º à esq.) explicou o trabalho em seminário patrocinado pela embaixada britânica

Estudo diz que Legislativo preserva direitos sociais

Legisladores intervêm por meio de emendas nos projetos apresentados pelo Executivo, segundo trabalho apresentado ontem no seminário internacional Boas Práticas Legislativas, que termina hoje

A MAIOR PARTE das leis geradas no Brasil vem do Poder Executivo, mas o Legislativo costuma intervir por meio de emendas parlamentares — conferindo representatividade. Essa tendência foi comprovada no estudo *O Poder Legislativo e as Políticas Públicas Educacionais no Período 1995–2010*, apresentado ontem pelo consultor legislativo da Câmara Ricardo Martins no seminário internacional Boas Práticas Legislativas.

— Houve significativa intervenção do Poder Legislativo na resistência à redução de direitos sociais — disse Martins.

Um exemplo dessa resistência foi a atuação do Legislativo na aprovação da Emenda Constitucional (EC) 14/1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Martins lembrou que os parlamentares não aceitaram, na ocasião, limitar o atendimento das crianças de 0 a 6 anos na educação infantil ao estabelecer prioridade para a população carente.

Comportamento semelhante foi observado, mais recentemente, na discussão parlamentar do Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos. Uma das metas que despertaram mais polêmica e foram alvo de mais mudanças no Legislativo foi a 4, que garante a inclusão escolar das pessoas com deficiência na faixa etária de 4 a 17 anos. O desafio era assegurar o acesso dessa população a classes comuns nas escolas regulares sem inviabilizar o

ensino especial oferecido, tradicionalmente, por entidades assistenciais como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

Outra constatação do estudo da Câmara foi a existência de um núcleo de parlamentares com alguma especialização na área educacional. Martins revelou que, no período avaliado, 43% dos deputados federais apresentaram algum projeto na área.

Após a exposição de Martins, o tema “As particularidades do sistema parlamentar do Reino Unido” foi apresentado pelo parlamentar britânico Dave Watts. O seminário é patrocinado pela embaixada britânica, com o apoio da Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal (Alesfe), e termina hoje.

Senado fará sessão especial para lembrar Diretas Já

O Senado fará uma sessão especial, ainda em fevereiro, para lembrar os 30 anos do comício inaugural da campanha Diretas Já. O requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) foi aprovado ontem em Plenário, mas ainda não há definição sobre a data.

O senador lembra que o comício, considerado o primeiro grande evento da campanha, ocorreu em 12 de janeiro de 1984, em Curitiba. Com o país ainda sob regime militar, uma série de manifestações populares pedia eleições diretas para o país escolher seu presidente. Participavam dos comícios atletas, artistas, comunicadores e políticos opositores ao regime militar



Comícios pelas eleições diretas tomaram as ruas de todo o país em 1984

— entre eles, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A eleição, porém, terminou sendo indireta, com a vitória de Tancredo Neves (1910–1985).

O Senado também aprovou sessão em homenagem à Ordem DeMolay, sociedade maçônica, no dia 17 de março. O requerimento é de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Rádio Senado fala sobre Gonçalves Dias

A poesia épica de Gonçalves Dias é o tema do programa *Encantos de Versos*, da Rádio Senado, às 9h de sábado, com reprise no domingo, às 16h. O programa apresenta o poema *Canção do Tamoio* — obra da primeira geração do romantismo. Serão

transmitidas canções na voz de Elis Regina (*Não Tenha Medo*), Joyce Moreno (*Pra que Chorar*) e Fagner (*Um Homem Também Chora*).

A Rádio Senado pode ser sintonizada em Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz),

Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Manaus (106,9 MHz), Teresina (104,5 MHz) e João Pessoa (106,5 MHz). O áudio também fica disponível na internet após a transmissão do programa.

Pedro Simon critica submissão do Congresso ao governo

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem o que chamou de balcão de negócios instalado no Congresso e no governo da presidente Dilma Rousseff. Na quarta-feira, disse o senador, o país teve mais um exemplo da submissão do Congresso ao Executivo com o adiamento da votação do projeto que altera o indexador da dívida dos estados.

Para Simon, o Senado comprovou que o Congresso está “de cócoras”. Ele frisou que a votação dos parlamentares de acordo com as convicções individuais seria o primeiro passo para a reforma política.

— Se a proposta legislativa for aprovada, ou rejeitada, que seja porque as nossas consciências assim o orientem, e não porque se construiu maiorias a poder de promessas nem sempre lastreadas na boa conduta.

Simon ainda criticou a



Simon afirma que parlamentares devem seguir as consciências

presidente Dilma por fazer discursos sobre a falta de recursos públicos e, ao mesmo tempo, gastar fortunas em obras para a Copa. Na avaliação dele, a atitude demonstra que o país tem dinheiro para atender interesses de grupos, mas não necessidades públicas como transporte, saúde e educação.

Cristovam alerta para risco de “bombas-relógio” na economia

O desequilíbrio fiscal e o descontrole da inflação podem gerar problemas para a economia brasileira em curto prazo, segundo Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele comparou os problemas a “bombas-relógio” de efeito retardado que, se não desativadas o mais rápido possível, explodirão nos próximos anos. O senador lamentou a falta de referência a esses problemas no discurso que a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso.

Cristovam criticou também a péssima qualidade dos serviços públicos. Ele disse que o povo brasileiro já não suporta mais a precariedade desses serviços e tem demonstrado cada vez mais indignação com a situação.

— A falta de qualidade dos serviços públicos está irri-



Descontrole da inflação não foi citado por Dilma, diz Cristovam

tando a sociedade. Chegou a um ponto tal de exaustão a tolerância da população brasileira com o transporte público, com a saúde pública, com a educação pública, que isso levará a uma explosão, como uma bomba — alertou o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão plenária de hoje será não deliberativa. O primeiro orador inscrito para discursar na tribuna é Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores ontem, ministro Luiz Alberto Figueiredo falou sobre a política externa brasileira e sobre projetos e iniciativas do Itamaraty



Ao lado do presidente da CRE, Ricardo Ferraço, Luiz Alberto Figueiredo (D) debate com senadores sobre política externa

Ministro quer que Itamaraty ofereça diplomacia social

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, disse ontem, em audiência pública no Senado, que uma das prioridades dele no cargo é aumentar a qualidade dos serviços consulares prestados aos brasileiros.

O objetivo é “dar melhor atendimento” aos cidadãos e desenvolver o que chamou de “diplomacia social”. Para isso, o chanceler anunciou que vai reforçar o quadro de pessoal do ministério. Figueiredo disse contar com a “parceria com o Congresso Nacional” nesse trabalho.

As queixas em relação à assistência prestada pelo Itamaraty aos brasileiros são frequentes, principalmente

entre aqueles que enfrentam problemas — como doenças, necessidade de retirar documentos ou dificuldades para obtenção de visto — ao viajarem ao exterior.

Segurança

O ministro também defendeu a necessidade de mudanças no funcionamento do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O órgão, segundo ele, tem estrutura e método de trabalho adotados para “um mundo que não existe mais”. O chanceler afirmou que vai se empenhar para que não só o Conselho de Segurança, mas também outras instituições de governança

internacional sejam atualizadas para que ganhem mais representatividade.

— Em 1945, quando o conselho foi criado, o mundo era outro. Países como a Índia nem sequer eram independentes e estruturados. Alemanha e Japão estavam destruídos pela guerra e hoje são grandes atores internacionais. A estrutura reflete o mundo de 70 anos atrás — disse Figueiredo.

Responsável por zelar pela paz e segurança internacionais, o Conselho de Segurança da ONU é formado por 15 países, sendo 10 convidados, com mandato de 2 anos, e 5 permanentes, com poder de veto.

Tropas de paz no Haiti serão reduzidas

Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), o chanceler anunciou a redução de efetivos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2004 e hoje sob comando do Brasil. Essa retirada, conforme Figueiredo, se dá de forma “afinada” com a avaliação periódica da ONU e com o desejo dos haitianos —

as tropas brasileiras têm o apoio da população, acrescentou o ministro.

Ainda em relação aos haitianos, ele manifestou desejo de organizar o fluxo migratório daquele país para o Brasil. A entrada clandestina de haitianos pelo Acre, como notaram os senadores, tem causado uma verdadeira crise social no estado. Figueiredo informou que a embaixada brasileira em

Porto Príncipe, capital haitiana, está com “processamento aceleradíssimo de vistos”.

Em resposta a Luiz Henrique (PMDB-SC), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Ana Amélia (PP-RS), o chanceler prometeu estudar com a Casa Civil da Presidência da República um novo trâmite para os acordos internacionais, a fim de tornar efetiva a aplicação deles no Brasil.

Mercosul é considerado política de Estado, garante chanceler

Em relação ao Mercosul, Figueiredo destacou que não se resume a um bloco comercial, visto que possui agenda que abrange áreas diversas, como comunicações, educação, ciência, tecnologia, meio ambiente e até direitos humanos.

— Trata-se de um instrumento de promoção da estabilidade política na região. Nossa participação no Mercosul agora é uma política de Estado — afirmou.

Mesmo dando razão a vários senadores que apon-

taram problemas nas relações com a Argentina, o chanceler disse que o comércio entre os dois países melhorou significativamente e alcançou o segundo maior volume da história em 2013.

O chanceler disse estar propondo a ampliação da cooperação do Mercosul com o Bloco do Pacífico, que agrupa Chile, Colômbia, México e Peru. Um dos instrumentos para isso, como explicou, é a “desgravação” (eliminação de impostos e tributos) das exportações para esses países.

Para Figueiredo, protocolo não deve prejudicar agronegócio

O Itamaraty quer evitar qualquer “prejuízo inadvertido” para a produção agrícola brasileira com a ratificação do Protocolo de Nagoya, assinado em 2010, afirmou o ministro Luiz Alberto Figueiredo na audiência pública da Comissão de Relações Exteriores, ontem.

Respondendo a um questionamento de Ana Amélia (PP-RS), Figueiredo assinalou que, como detentor da maior biodiversidade do planeta, o Brasil considera fundamental ter um acordo internacional que lhe garanta os benefícios da utilização dos recursos genéticos.

Entretanto, esse comparti-

lhamento não deve afetar os interesses dos agricultores brasileiros, como afirmou o chanceler. É que existe o temor, manifestado por setores ligados ao agronegócio, quanto à eventual exigência de royalties, por outros países, sobre espécies utilizadas no Brasil — a alimentação brasileira é composta, em mais de 90%, de espécies exóticas. Uma delas é a soja, carro-chefe do agronegócio brasileiro e que tem origem na China.

O chanceler fez um convite a Ana Amélia para “aprimorar o diálogo”, com a troca de informações entre as assessorias técnicas do Itamaraty e do Senado.

Audiência debaterá relação entre Brasil e Estados Unidos

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem requerimento para realização de audiência pública sobre os rumos do relacionamento do Brasil com os Estados Unidos.

Segundo o autor do requerimento, Ricardo Ferraço, presidente da CRE, apesar de ter perdido a posição de maior parceiro comercial do

Brasil para a China, os EUA continuam sendo o destino de ampla gama de bens produzidos no Brasil.

A comissão aprovou também requerimentos de audiência pública e pedidos de informações sobre a participação brasileira e do BNDES na construção do Porto de Mariel, inaugurado em 27 de janeiro, em Cuba.

Mozarildo frisa problemas de fronteira

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) quer aproveitar a entrada da Venezuela no Mercosul para resolver pendências e estreitar laços. Ele citou alguns pontos críticos na fronteira: o tráfico de drogas, a violência contra turistas brasileiros e os preços atrativos na zona franca da cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén. O senador lembrou que o governo brasileiro chegou a autorizar a instalação de zonas de livre comércio em Pacaraima e Boa Vista, mas a



Pedro Franco/Agência Senado

Venezuela se antecipou.

— A nossa grande bandeira agora vai ser essa: trabalhar para usufruir não só na área do turismo, do comércio, mas também na área de saúde, educação. Muita gente de Santa Elena de Uairén vem se tratar no hospital em Pacaraima, no

Brasil, porque é mais bem equipado do que o deles. Como também muita gente vem estudar em Pacaraima, porque as escolas são de melhor qualidade. Então, precisamos fazer convênio na educação e na saúde.

Alvaro: empréstimo não pode ter sigilo

O financiamento de um porto de US\$ 800 milhões em Cuba pelo BNDES motivou Alvaro Dias (PSDB-PR) a apresentar projeto para extinguir o sigilo bancário de operações de empréstimo de instituições financeiras públicas que tenham como contraparte um país estrangeiro.

Ele defendeu como condição de empréstimos que o país beneficiário esteja sob regime democrático e disse que o Brasil já emprestou US\$ 7 bilhões a juros subsidiados para investimentos



Pedro Franco/Agência Senado

em Cuba, Equador, Angola, Bolívia, Peru e Paraguai — valor que poderia ser investido em melhorias na infraestrutura do Brasil.

Alvaro lembrou que a presidente Dilma Rousseff esteve em Cuba para inaugurar o Porto de Mariel, financiado pelo Brasil, enquanto os produtores

brasileiros começarão a colher a safra de soja neste mês e sofrerão para escoar a produção por causa de falta de ferrovias e pelas péssimas condições de rodovias e portos.



Benedito de Lira preside reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que aprovou projeto que favorece a produção agrícola em áreas de floresta

Aprovada redução de reserva legal para imóveis rurais em Rondônia

Autor da proposta argumentou que o estado já tem metade da área protegida. Comissão de Meio Ambiente ainda vai analisar proposta

PROJETO QUE REDUZ o percentual mínimo de vegetação nativa que deve ser mantido como reserva legal nas fazendas localizadas em áreas de floresta em Rondônia foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A matéria passa ainda pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), antes de seguir para exame na Câmara dos Deputados.

O Código Florestal (Lei 12.651/2012) determina que 80% dos imóveis rurais em área

de floresta na Amazônia Legal sejam mantidos como reserva legal. O autor do projeto (PLS 390/2013), Acir Gurgacz (PDT-RO), propõe que o percentual seja reduzido para 50% em Rondônia. O texto recebeu o apoio do relator, Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Gurgacz argumenta que Rondônia já tem diversas áreas protegidas, como unidades de conservação e reservas indígenas, limitando a disponibilidade de terras para a agropecuária. Ao concordar,

Figueiró lembrou que o conjunto de unidades e reservas protegidas chega à metade do território do estado.

— A iniciativa busca preservar a capacidade produtiva e, por consequência, a sustentabilidade econômica de um estado com indiscutível vocação agrícola — frisou o relator.

O projeto não altera o percentual de reserva legal exigido para propriedades fora da área de floresta. O Código Florestal determina, para a

Amazônia Legal, 35% para fazendas localizadas em área de Cerrado e 20% para as cobertas por campos gerais. Para todas as propriedades localizadas nas demais regiões do país, é exigido o percentual mínimo de 20% da área das fazendas como reserva legal.

Foi transferida para a próxima semana a votação do substitutivo ao projeto (PLS 679/2011) que cria a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade.

Audiência debaterá Cadastro Ambiental Rural

As providências que estão sendo adotadas pelo governo federal para a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) serão discutidas na quinta-feira em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Requerimento propondo o debate foi apresentado por Acir Gurgacz (PDT-RO) e acolhido ontem.

O sistema para o preenchimento do CAR já está disponível na página do Ministério do Meio Ambiente, mas Gurgacz acredita que poucos proprietários rurais e posseiros saibam como proceder para cadastrar a propriedade.

— O CAR vai nortear o futuro

dos nossos agricultores com relação à produção e também à preservação do meio ambiente. Acontece que os nossos

agricultores não têm conhecimento de como se cadastrar. Precisamos debater como fazer — explicou o senador.

Ele observou que o cadastro é obrigatório a todos os estabelecimentos e deve ser feito pela internet, mas alertou para o fato de que nem todos têm acesso à rede mundial de computadores.

— Precisaremos do apoio do governo federal, dos governos estaduais e municipais, das associações, das cooperativas, para que o nosso agricultor não seja penalizado — disse.

Devem ser convidados para a audiência pública representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e das Organizações das Cooperativas Brasileiras (OCB).



Senadores ouvirão ministros sobre disputa no mercado de algodão

Os senadores da CRA aprovaram requerimento de Waldemir Moka (PMDB-MS) para realização de audiência pública sobre disputas no mercado mundial de algodão.

O Brasil obteve decisão favorável na Organização Mundial do Comércio (OMC) para impedir subsídios dos Estados Unidos aos produtores

locais de algodão e acordo de pagamento de multa, pelos norte-americanos, ao Instituto Brasileiro do Algodão. O acordo, no entanto, não vem sendo cumprido.

Moka sugere que sejam convidados os ministros das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Agricultura.

Papel da Anater será tema de seminário durante feira agrícola

Foi aprovado pela CRA requerimento de Ana Amélia (PP-RS) para realização de seminário na Expodireto Cotrijal 2014, feira internacional que ocorrerá em março na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul. O seminário discutirá o futuro dos serviços de orientação técnica aos agricultores e o

papel da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

Na mesma reunião, foi acolhido requerimento de Ruben Figueiró (PSDB-MS) solicitando informações ao Ministério da Justiça sobre o processo de indenização aos proprietários da Fazenda Buritis, em Sidrolândia (MS).

Legislação sanitária consolidada já tem redação final

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem mudanças na redação final do projeto que consolida a legislação federal sanitária vegetal e animal (PLS 592/2011). As correções foram sugeridas pela Comissão Diretora do Senado, responsável pela redação final da matéria, que já foi aprovada pelo Plenário.

O projeto consolida 13 normas e dispositivos, como leis, artigos de lei e decretos, alguns da década de 30, com o objetivo de harmonizar a legislação do setor.

Uma das observações da Comissão Diretora trata da referência ao Instituto de Química Agrícola, extinto em 1962. Caberia a ele emitir certidão de análise química, um dos documentos necessários para que fabricantes e importadores de inseticidas e fungicidas obtenham registro e licenciamento para a venda desses produtos destinados à lavoura. Na nova redação, o instituto é substituído pelos laboratórios nacionais agropecuários.

Com a aprovação dos ajustes, o projeto retorna à Comissão Diretora do Senado.

Incentivo pode retirar milhões da informalidade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá examinar, neste semestre, incentivo à formalização de mais de 20 milhões de trabalhadores sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas. Trata-se de projeto de lei do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ) que prevê anistia ao empregador que regularizar o registro de trabalho dos empregados (PLS 584/2007).

Favorável à proposta, o relator na CAE, João Vicente Claudino (PTB-PI), disse que a inserção precária no mercado de trabalho tem efeitos perversos na capacidade produtiva das pessoas. Segundo o senador, a vulnerabilidade social decorrente desses fatores contribui para a elevação da criminalidade.



João Vicente lembra as perdas que a informalidade causa ao Estado

Marcos Bergamasco/Agência Phocus



O bioma do Pantanal ganhará um instituto de pesquisa para integrar a transferência de conhecimentos na região

Sancionada lei que cria órgãos de ciência e tecnologia

Projeto de lei que criou instituições de pesquisa e inovação foi aprovado pelo Senado em regime de urgência no fim de 2013. Órgãos vão atuar na área de meio ambiente e de desenvolvimento social

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, sancionou a lei que cria o Instituto Nacional de Águas, o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste e o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal. Os órgãos serão criados na estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de acordo com a Lei 12.954/2014, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

O Instituto Nacional de Águas tem o objetivo de implementar ações inovadoras na área de meio ambiente, tendo como foco a questão

da preservação, da geração de conhecimento e de novas tecnologias na utilização racional dos recursos hídricos.

A finalidade do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste é desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que tenham caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social da região.

Já o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal tem a função de integrar e articular ações na região do Pantanal, promover novas iniciativas e propiciar o desenvolvimento de

modelos e de bancos de dados para integrar a transferência dos conhecimentos locais.

A lei também transfere a estrutura do Instituto Brasileiro de Museus para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, localizado em Santa Tereza (ES), e altera a denominação para Instituto Nacional da Mata Atlântica.

A Lei 12.954/2014 é oriunda do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 55/2013, aprovado no Plenário do Senado em dezembro de 2013.

Flexa Ribeiro celebra anúncio de edital para obra em hidrovia

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou o lançamento do edital, ainda neste mês, para a licitação do derrocamento do Pedral do Lourenço,

um trecho de 45 quilômetros do Rio Tocantins entre Marabá e Belém, no Pará. A obra faz parte do projeto da Hidrovia do Tocantins-Araguaia.

A notícia foi comunicada ao senador pelo diretor-geral do Departamento Nacional de



Pedro Franco/Agência Senado

Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe.

— Até o final de fevereiro, haverá o lançamento do edital para o derrocamento do

Pedral do Lourenço. E já houve entendimentos para que a obra retorne ao PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, para que não haja dificuldades de recursos para a execução — relatou Flexa Ribeiro.

Em visita à região, Taques apura necessidades do Vale do Araguaia

Durante o receso, Pedro Taques (PDT-MT) fez viagem ao Vale do Araguaia, em Mato Grosso. Ontem, ele relatou em Plenário as necessidades das 27 cidades da região.

Os problemas são nas áreas de educação, saúde e infraestrutura logística. A maioria das 158 reivindicações colhidas relaciona-se a falhas em rodovias, especialmente falta de pavimentação. O



Pedro Franco/Agência Senado

senador ressaltou que a regularização de terras é um entrave em todo o país, especialmente em Mato Grosso, que tem mais de 500 projetos de assen-

tamentos rurais.

— É importante que a titulação seja feita de modo ágil, pois, com os papéis nas mãos, as famílias podem acessar programas de financiamento, melhorando a produção e a qualidade de vida — disse.

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a **participação de especialistas** em livres debates sobre **grandes temas nacionais**.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ> ou pelo QR code ao lado.



Secom | Criação e Marketing





Apesar da fiscalização nas rodovias, o excesso de velocidade tem sido a grande causa de mortes no trânsito, segundo Raupp

Internautas não querem limitador de velocidade

Proposta que torna obrigatória a instalação do equipamento em automóveis foi rejeitada por 67,2% das pessoas que participaram de enquete feita na internet pelo DataSenado e pela Agência Senado

A MAIORIA DOS internautas que participaram de enquete promovida pelo DataSenado e pela Agência Senado se manifestou contra o projeto (PLS 235/2003) que inclui o limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos veículos. Das 2.685 pessoas que opinaram, 67,2% votaram contra a proposta de Valdir Raupp (PMDB-RO).

O projeto modifica o Código de Trânsito Brasileiro, obrigando o uso do limitador nos veículos. Na justificativa do projeto, o senador cita que o excesso de velocidade tem sido a grande causa de mortes no trânsito.

Na apresentação do relatório

pela aprovação da proposta, Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou o caso da jovem Giovana Dias de Souza Alves, de 19 anos, que morreu em novembro devido a colisão na rodovia SP-55. A jovem havia postado em uma rede social uma fotografia do velocímetro de seu carro marcando quase 180 km/h. Segundo o relator, tragédias como essa podem ser evitadas com o uso do limitador de velocidade.

Mensagens

Em mensagens encaminhadas pelos cidadãos no espaço “Comente o Projeto” da página do DataSenado, alguns registraram os moti-

vos pelos quais são a favor da mudança na legislação. “Sou a favor porque a maioria dos acidentes fatais é por conta do excesso de velocidade. Esse projeto com certeza vai diminuir o número de mortos e acidentados e, conseqüentemente, os gastos com a saúde”, defendeu Luciano Coelho de Moraes, de Recife.

Algumas mensagens foram contra a proposta, alegando que, em certos casos, o motorista precisa imprimir uma velocidade maior. “Em uma situação de emergência, o motorista tem que ter opções: frear, desviar ou acelerar. Se a única opção viável no momento for acelerar e seu veículo estiver com limitador, teremos mais um acidente, mais mortos para entrar nas estatísticas”, argumentou Arnaldo Adasz, de Araraquara (SP).

Os resultados da enquete representam a opinião das pessoas que votaram, não sendo possível extrapolá-los para toda a população brasileira.

Intenção é ampliar para todas as cidades brasileiras prática observada em Brasília

— Entendemos que se trata de medida simples e que não implica custos adicionais, podendo ser facilmente replicada de norte a sul do Brasil — argumentou o relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Uma das emendas apresentadas por Valadares retira do texto dispositivo que determina ao pedestre a espera por outras pessoas para atravessar vias de grande fluxo. Valadares explicou que o texto não estipula o conceito de “vias de grande fluxo” nem a quantidade de pessoas que devem atravessar. Também observou que, nas vias onde

a paralisação ocasionada pela travessia dos pedestres é mais constante, outras medidas podem ser adotadas: instalação de semáforo para pedestres, a presença de um agente de trânsito nos períodos mais críticos ou mesmo a instalação de um túnel ou passarela. Caso as emendas sejam aceitas, a proposta terá de voltar à Câmara. Sem mudanças, o texto poderá seguir diretamente para sanção.

A autora, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), admite na justificativa que o respeito ao sinal de pedido de passagem nas faixas dependerá de “boa dose de educação” por parte de pedestres e

motoristas. Contudo, acredita que, a partir da normatização do gesto, haverá estímulo para a disseminação da nova conduta, com resultados tão bons quanto os que foram obtidos na capital federal.

A adesão ao chamado “sinal de vida” é motivo de orgulho no Distrito Federal. Mesmo assim, campanhas para estimular a preservação do respeito ao pedido são feitas com regularidade.



Em Brasília, há regulares campanhas para estimular o “sinal de vida”

Ana Rita pede rapidez nos processos em Pedrinhas

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), disse que pediu ao governo do Maranhão e ao Ministério da Justiça mais agilidade no mutirão para análise dos processos dos presos que ainda não foram julgados, de

forma a aliviar a superlotação na Penitenciária de Pedrinhas.

— Queremos saber se as recomendações que fizemos no início de janeiro estão dando resultado — disse.

Na próxima semana, a CDH discutirá o relatório sobre a

visita feita ao presídio, em 13 de janeiro, por seis senadores. Grupos de defesa dos direitos humanos afirmam que a superlotação da penitenciária e a briga entre facções rivais provocaram a morte de mais de 60 detentos no ano passado.

— Alguns dos presos que foram assassinados eram recém-chegados ao presídio e não faziam parte das facções, mas estavam misturados.

Segundo Ana Rita, o relatório terá recomendações às autoridades estaduais e municipais.



Para Ana Rita, análise dos processos pode evitar superlotação no presídio

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Prioridade na adoção para criança com deficiência é lei

Publicada ontem e já em vigor, norma também dá preferência a crianças com doença crônica. Intenção é acelerar o andamento dos processos, sem ultrapassar etapas ou flexibilizar procedimentos

ESTÁ VALENDO A lei que dá prioridade aos processos de adoção nos quais a criança ou adolescente tiver deficiência ou doença crônica. Aprovado no Senado em dezembro, o projeto (PLC 83/2013) incluiu no Estatuto da Criança e do Adolescente a preferência desse grupo na fila de adoção.

Publicada ontem no *Diário Oficial da União*, a lei entrou em vigor imediatamente.

Enquanto tramitou pelo Senado, a proposta só recebeu pareceres favoráveis. Depois de aprovada nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Direitos Humanos (CDH), foi votada no Plenário. Como foi apresentado por uma deputada, Nilda Gondim (PMDB-PB), e não sofreu alterações no Senado, o texto foi enviado à sanção presidencial.

Ao justificar o projeto, a deputada disse que a intenção era acelerar o andamento dos processos nos quais o adotado se encontra em uma dessas condições, sem, contudo, ultrapassar etapas ou flexibilizar procedimentos.

O relator na CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), lembrou que crianças com deficiência ou com doenças



Cerca de 10% das crianças que esperam adoção têm doença crônica ou deficiência

crônicas são cerca de 10% das 80 mil que estão nos abrigos à espera da adoção.

— Sua própria condição faz com que se afastem do perfil buscado pela imensa

maioria dos candidatos a pais e mães adotivos: meninas recém-nascidas, sem irmãos, brancas e saudáveis — disse o senador no relatório.

Ana Amélia critica corte de verba para mamografias

O corte no repasse de verbas para municípios custearem mamografia em mulheres entre 40 e 49 anos foi criticado por Ana Amélia (PP-RS). Portaria do Ministério da Saúde editada em novembro restringe às mulheres de 50 a 69 anos o exame para detectar o câncer de mama. A senadora advertiu que a decisão contraria a Lei 11.664/2008, que garante a mamografia gratuita para todas as brasileiras a partir dos 40 anos.

Ana Amélia disse que 42% dos casos de câncer de mama em Goiânia ocorrem em mulheres com menos de 49 anos. E destacou que, pela portaria, os municípios têm opção de



Ana Amélia: mulheres de 40 a 49 anos perdem direito a tratamento precoce

arcar com os custos do exame para mulheres com até 49 anos, mas de um seio apenas.

— Isso sobrecarrega os municípios, que já sofrem com a falta de recursos, e ainda reestabelece um procedimento muito criticado pelos médicos: a mamografia unilateral — disse.

Lúcia Vânia lamenta falta de aparelhos para exame no país

Comemorado em 5 de fevereiro, o Dia Nacional da Mamografia, criado há cinco anos, aumentou a conscientização das mulheres sobre a importância do exame para prevenção e detecção precoce do câncer de mama, disse Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Mesmo assim, a senadora citou dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) que revelam 60 mil novos casos de câncer de mama em 2013, 70% deles detectados em estágio avançado. Ela apontou, entre as causas, os fatos de que 40% dos mamógrafos estão nas Regiões Sul e Sudeste, metade das pequenas cidades não tem



Lúcia Vânia lembrou o Dia Nacional da Mamografia, em 5 de fevereiro

o aparelho, e 60% dos mamógrafos espalhados pelo país não têm qualquer controle de qualidade das imagens.

— No Nordeste, faltam hospitais especializados, o que obriga as mulheres a se deslocarem até Brasília para fazer exames — advertiu.

Suplicy falará sobre renda básica em encontro no Irã



O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vai representar o Senado em um encontro no Irã que vai tratar de experiências de programas de transferência de renda e de erradicação da pobreza. Em janeiro, ele esteve na Finlândia e na Espanha, tratando do assunto.

Segundo o senador, essa troca de experiências é importante porque visa à

instituição de uma renda básica de cidadania no Brasil, onde todo cidadão receberá o mínimo para sobreviver.

— Falo de como amadureceu essa proposta, dos precursores no Brasil, como Celso Furtado, Josué de Castro, Milton Santos e tantos outros economistas e de como, com a renda mínima garantida, associada às oportunidades de educação, estaremos chegando um dia à renda básica de cidadania — afirmou.

Suplicy também lamentou a morte do cineasta e documentarista Eduardo Coutinho, assassinado pelo filho esta semana.

O senador elogiou o talento de Coutinho, roteirista do clássico *Dona flor e seus Dois Maridos* e diretor de *Cabra Marcado para Morrer*, *Edifício Master*, *Jogo de Cena* e *Babilônia 2.000*, que vão integrar mostra de homenagem organizada pela Cinemateca de São Paulo.

Casildo diz que Congresso deve manter ritmo de trabalho



O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que eventos como a Copa do Mundo e as eleições não podem ser usados como justificativa para o atraso dos trabalhos legislativos.

Casildo disse que o país vive momento de turbulência econômica que exige responsabilidade dos parlamentares na votação de propostas que

ajudem a combater esse quadro, entre elas, a que muda o indexador da dívida dos estados e as que tratam da reestruturação do sistema tributário.

O senador lembrou que os estados estão sufocados com dívidas impagáveis e destacou que essas propostas vão impulsionar o desenvolvimento sem comprometer as finanças públicas. Também frisou que o excesso de impostos se tornou um gargalo intransponível ao crescimento e pediu que os parlamentares não usem a eleição como desculpa para provocar a inércia do Legislativo.

— O processo eleitoral é de vital importância para o desenvolvimento do nosso país. Nesse contínuo processo de fortalecimento democrático não nos omitiremos, como agentes políticos, de participar ativamente. Tal participação, contudo, não pode obliterar o exercício legislativo e a condução responsável da administração pública — advertiu o senador.

Comissão quer debater situação do esporte olímpico



O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Cyro Miranda (PSDB-GO), pretende convidar o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, o governo do Rio de Janeiro e atletas de diversas modalidades para uma audiência pública sobre a situação do esporte olímpico brasileiro.

Em 2013, os dois principais centros de treinamentos olímpicos do Rio, o Parque Aquático Júlio Delamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros, estiveram fechados sob o risco de serem demolidos e substituídos por um estacionamento e um centro comercial. Em paralelo, atletas paraolímpicos têm protestado contra o atraso de dois a três meses dos pagamentos das bolsas-atletas. Cyro Miranda declarou que deseja colocar frente a frente todos os lados envolvidos.

— A primeira coisa que vamos fazer na semana agora em que voltarmos aos trabalhos é fazer uma convocação do presidente do comitê olímpico para vir se explicar sobre isso. Vamos também pedir que venha alguém do governo do estado. Vou ouvir os três lados: o Comitê Olímpico, o representante do governo do Rio de Janeiro e um representante dos atletas, lógico.

Senado beneficiará 200 adolescentes com o Programa Jovem Aprendiz

Adoção de iniciativa destinada a estudantes de baixa renda com idades entre 14 e 18 anos foi aprovada ontem pela Comissão Diretora

A COMISSÃO DIRETORA do Senado aprovou ontem a implantação do Programa Jovem Aprendiz, já adotado por instituições como a Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional do Ministério Público e a Petrobras.

— A iniciativa, além de colaborar com jovens em fase de desenvolvimento e formação, não irá impactar em nenhum acréscimo orçamentário, uma vez que vamos usar uma parte dos recursos prevista para a contratação de estagiários — informou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A previsão é contratar 200 adolescentes, 50 deles já na primeira fase. Eles vão receber salário mínimo, vale-transporte, vale-alimentação e férias. A jornada de trabalho é de quatro horas diárias, de segunda a sexta-feira. O candidato deverá ter entre 14 e 18 anos, cursar a partir do 8º ano do ensino fundamental, morar no Distrito Federal e integrar família com renda per capita de até um salário mínimo. A seleção será



Renan Calheiros e Flexa Ribeiro ressaltam que programa destina-se ao ensino fundamental, fase de formação do jovem

feita por meio de uma entidade sem fins lucrativos.

— É um programa importante, que está disseminado em praticamente todas as áreas e que precisávamos aplicar no Senado. O estágio é destinado aos jovens que já estejam cursando a faculdade. No caso do Jovem Aprendiz, não. No ensino fundamental ele pode exercer a função — observou o primeiro-secretário da Casa, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A Comissão Diretora também aprovou a minuta do ato que fixará diretrizes de planejamento e prioridades administrativas a cada biênio. É a primeira vez que o Senado adota essa forma de gestão. Entre as diretrizes, estão a modernização das comissões, o fortalecimento da tecnologia da informação, a readequação dos espaços físicos, a capacitação dos quadros de pessoal, a modernização do sistema de

comunicação e transparência e a política de acessibilidade.

Essas diretrizes serão avaliadas e revistas a cada mês de fevereiro e podem ser atualizadas mediante autorização prévia. Cada diretriz será desdobrada em planos de gestão setoriais e terá acompanhamento.

Também foi aprovada a incorporação do patrimônio da Gráfica e do Prodasen para o sistema do Senado.

Texto propõe antecipar ensino de língua estrangeira na escola

Projeto que antecipa a inclusão de língua estrangeira para o quarto ano do ensino fundamental nas escolas está pronto para ser votado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O PLS 235/2013 foi gerado a partir de sugestão aprovada no Programa Senado Jovem Brasileiro, por iniciativa do jovem senador Wallacy Ronan Santos, de Sergipe.

O texto altera artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Para o relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), entre as deficiências do sistema educacional, está a baixa proficiência dos alunos em língua estrangeira. O senador disse que o problema foi constatado no Programa Ciência sem Fronteiras, do governo federal.

— Vagas oferecidas em instituições de excelência na

América do Norte e na Ásia, por exemplo, que requeriam o domínio da língua inglesa, ficaram ociosas, por falta de candidatos que cumprissem os requisitos — afirmou.

Atualmente, o ensino de língua estrangeira é obrigatório nas escolas a partir do 5º ano. Se o projeto virar lei, as crianças passarão a ter contato com o outro idioma a partir dos 9 anos.

O Senado Jovem Brasileiro promove uma legislatura simulada em que vencedores do Concurso de Redação promovido pelo Senado se reúnem em Brasília para sugerir projetos de lei. As ideias são analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que pode transformá-las em projetos de lei. Se aprovada, a proposta vai ao Plenário e, em seguida, à Câmara.



Projeto em análise teve origem no Programa Senado Jovem Brasileiro de 2011

Projeto prevê incentivo a empresa que capacitar jovens carentes

Empresas que contribuírem para o treinamento e capacitação profissional de jovens que vivem em abrigos ou casas de reabilitação poderão deduzir até 5% do Imposto de Renda devido. É o que propõe Gim (PTB-DF) no Projeto de Lei do Senado 305/2012, que será examinado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O objetivo, segundo o senador, é facilitar a inserção e permanência do jovem no mercado de trabalho.

Além disso, o projeto prevê que a empresa que contratar o adolescente terá isenção da contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por até um ano.

Para garantir que o treinamento seja eficaz, o projeto estabelece duração entre 3 e 18 meses; carga horária semanal entre 12 e 20 horas; controle de frequência; avaliação de aprendizado; e acompanhamento permanente por profissional. Segundo o texto, o treinamento também poderá ser realizado em escolas vinculadas a serviços nacionais de aprendizagem, como o Senai e o Senac.

Caso a frequência do jovem seja inferior a 75% das aulas ou o desempenho seja considerado insuficiente, ele será desligado do projeto e não poderá participar de outro pelo prazo de seis meses.

Gim observa que grande número de jovens ingressa continuamente no mercado de trabalho, mas nem todos têm condições financeiras.

“Entre esses, podemos contar os jovens que habitam abrigos públicos e aqueles que, por alguma razão, cometeram infrações e foram internados em casas de reabilitação. Essa situação torna imprescindível a intervenção do Estado. É uma questão de justiça e também de interesse público, pois um jovem que ingressar com sucesso no mercado de trabalho será um jovem a menos a sofrer as tentações do crime”, avalia o parlamentar.

O relator na CE, João Vicente Claudino (PTB-PI), apresentou parecer favorável. Depois da CE, a proposta segue para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).



Para Gim, objetivo é inserir jovens carentes no mercado de trabalho

Universidade pública pode ter desconto de 50% na conta de luz

A tarifa de energia elétrica paga pelas universidades públicas pode ser reduzida pela metade, conforme projeto do ex-senador Sérgio Souza em análise na Comissão de Educação (CE). A proposta (PLS 166/2013) tem parecer favorável de João Capiberibe (PSB-AP). Souza argumenta que a redução das despesas das entidades resultará em investimentos nas atividades de ensino e pesquisa. Na opinião dele, o subsídio será relevante para as instituições, mas de pequeno impacto para os cofres públicos.

Souza propõe modificar a Lei 10.438/2002, que trata da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Depois da deliberação da CE, a matéria será analisada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI).



Projeto de Sérgio Souza visa ampliar investimento em pesquisa

Ferramenta permite que cidadão sugira audiências públicas

Está disponível no Portal e-Cidadania ferramenta que permite ao internauta sugerir temas para audiências públicas das comissões do Senado. A ideia é incentivar a participação dos cidadãos na atividade legislativa. Para que a sugestão seja encaminhada às comissões, são necessários 10 mil apoios.

As audiências permitem o debate entre parlamentares, especialistas e sociedade. O requisito para a proposta ser aceita é o tema ser de interesse público.

Para propor o debate, é preciso se cadastrar no e-Cidadania e indicar o objetivo da audiência. A proposta ficará disponível para receber apoios por até três meses. Se alcançar as 10 mil assinaturas, será encaminhada à comissão responsável pelo tema, que vai analisar a pertinência do debate. Hoje, 23 propostas aguardam apoio. Uma das sugestões que receberam o número exigido já se transformou em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O tema foi a profissão de fisioterapeuta.